



## Ataques e ameaças

Após se posicionar contra o arquivamento de uma denúncia envolvendo violência contra a mulher, a deputada distrital Paula Belmonte virou alvo de ataques virtuais. Um vídeo com conteúdo ofensivo à sua honra e à sua família começou a circular nas redes, enviado por número desconhecido e referências à manifestação dela em relação ao deputado Daniel Donizet (MDB). A parlamentar, que também é Procuradora Especial da Mulher na Câmara Legislativa, registrou boletim de ocorrência e avalia pedir proteção policial. "Não me calo diante de ameaças", disse. O BO foi registrado na 5ª DP.

## De cima, a gravidade parece maior

Os deputados distritais Paula Belmonte (Cidadania), Iolando Almeida (MDB) e Wellington Luiz (MDB) sobrevoaram os rios Melchior e Descoberto, em visita técnica da CPI do Rio Melchior da Câmara Legislativa. A iniciativa teve como objetivo avaliar, do alto, os impactos ambientais provocados pelo despejo irregular de esgoto. E os deputados ficaram preocupados com algumas imagens que viram e pretendem intensificar a investigação. "Queremos ir além da apuração e apresentar soluções reais para que a população não sofra com a poluição", afirmou.



Luiz Talles/Divulgação

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Ed Alves/CB/D.A.Press



## Professores de esquerda e de direita

O deputado distrital Thiago Manzoni (PL) acusou o movimento grevista dos professores de estar sendo contaminado por partidos de esquerda. "Esse movimento não representa os professores, só representa a política partidária da esquerda. Esses professores que estão aqui trabalham contra a família. Enquanto a família ensina o cristianismo, eles ensinam a cristofobia", disse. A reação dos deputados que apoiam a greve foi grande. "Há professores de esquerda e professores de direita. A questão não é essa. Ele deveria na verdade olhar para o contracheque dos professores e se posicionar", criticou Fábio Félix (PSOL).

## Advogado se filia ao PSD de olho nas eleições

O PSD ganhou ontem em um só momento 30 novas filiações de médicos, empresários e profissionais capitaneados pelo advogado Joaquim Pereira de Paula Neto, que deve disputar as próximas eleições.

Joaquim quando criança foi carregado no colo pelo ex-governador Joaquim Roriz, no momento da desocupação da 110 norte. Trabalhou como motorista de ônibus, e exerceu as mais diversas funções até se tornar um advogado influente, com vários escritórios.

PSD DF/Divulgação



## DF terá 2,6 bilhões a mais para saúde, segurança e educação

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) deverá crescer R\$ 2,6 bilhões em 2026, um aumento de 10,7%, chegando ao total de R\$ 27,7 bilhões. Os dados foram apresentados ontem pelo chefe da Unidade de Processo e Monitoramento Orçamentários da Secretaria de Economia, Luiz Paulo de Carvalho Moraes, durante audiência pública na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa. O FCDF é calculado com base na variação da receita corrente líquida da União.

## Receita do DF deve crescer 9,3%

Durante a audiência, Luiz Paulo de Carvalho Moraes detalhou os principais dados orçamentários de 2026. A arrecadação própria do DF deverá atingir R\$ 43,9 bilhões, representando crescimento de 9,3%. Desses, cerca de R\$ 27,5 bilhões se referem a receitas tributárias — um avanço de 11,8% em relação a 2025. A despesa com pessoal e encargos sociais deve chegar a R\$ 45,2 bilhões, o que representa 63% de todas as despesas previstas.

## Mais de meio bilhão em fraudes fiscais

A Secretaria de Economia apreendeu nos cinco primeiros meses de 2025 mais de R\$ 570 milhões em mercadorias sem nota ou com documentação irregular. Neste cálculo estão incluídos, principalmente, os resultados das inspeções em transportadoras fantasmas, chamadas popularmente de "noteiras". Elas são criadas para emitir documentos fiscais fraudulentos, acobertando operações irregulares. Também estão computadas as operações rotineiras de fiscalização em BRs e rodovias distritais e divisas estaduais, com resultado de R\$ 91,4 milhões de base de cálculo.



"A greve mexe com todo o Distrito Federal. Quantos alunos estão na vulnerabilidade hoje no DF? Os casos de violência doméstica e abusos aumentam. Mães solo param de trabalhar. Muitos alunos vão para a escola por conta do alimento também. É preciso abrir rapidamente o diálogo. Toda a população do DF está perdendo"

João Cardoso (Avante),  
Deputado distrital

"A escola é o local de proteção de crianças e adolescentes. O problema é que hoje o professor tem que ser enfermeiro, psicólogo, assistente social, tudo isso porque o estado está ausente. O Plano Distrital de Educação, que é uma lei, diz que a remuneração inicial dos professores está defasada em R\$ 5678,59. Isso significa que teria que ter um reajuste de 95% no piso salarial. Sabe quanto os professores estão pedindo? Estão pedindo 19,8%. Isso não é abusivo nem ilegal!"

Gabriel Magno (PT),  
Deputado distrital

Carlos Gandra/Agência CLDF



SÓ PAPOS

Ed Alves/CB/D.A.Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**EDUCAÇÃO /** Professores voltam hoje a discutir os rumos da paralisação em assembleia. Ontem, a SEEDF enviou um memorando aos gestores escolares com orientações sobre os efeitos administrativos da greve, e o Sinpro recorreu ao STF para não haver punições

# Três dias de greve e impasse

» CARLOS SILVA  
» MARIANA SARAIVA

Ed Alves/CB/D.A.Press



Paralisação nas escolas começou na segunda-feira. Categoria pede 19,8% de reajuste salarial

No terceiro dia da greve dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, a Secretaria de Educação divulgou um memorando com orientações aos gestores escolares sobre os efeitos administrativos da paralisação, como o corte do ponto. O documento, assinado pela secretária Hélvia Paranaíba, afirma que "a adoção tempestiva dessas providências constitui a principal proteção do gestor frente à atuação dos órgãos de fiscalização".

Também ontem, o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que julgou a greve abusiva. Para hoje, quarto dia, está prevista outra assembleia da categoria no estacionamento do Eixo Cultural Ibero-Americano (Funarte).

O memorando enviado aos gestores, baseado em nota técnica da Procuradoria-Geral do DF (PGDF), destaca que o movimento, mesmo que venha a ser considerado legal, acarreta consequências automáticas para os servidores que aderirem.

O documento cita a suspensão de direitos funcionais. "A

greve, conforme o artigo 7º da Lei 7.783, de 1989, constitui hipótese de suspensão do vínculo funcional", afirma o texto, reforçando que "o servidor que aderir à greve não faz jus à remuneração pelos dias não trabalhados".

Segundo a orientação, a interrupção também afeta benefícios funcionais. "O prazo para aquisição da licença servidor deve ser interrompido para os servidores que participarem da greve",

informa. Também não será contado o período de paralisação para fins de adicional por tempo de serviço.

A Secretaria ainda alerta que os dias parados serão contabilizados como faltas injustificadas. Nessa hipótese, os gestores devem apurar possíveis infrações funcionais, como abandono de cargo ou inassiduidade habitual. "É dever do gestor determinar a instauração de sindicância

ou processo administrativo disciplinar na hipótese de constatação de infrações funcionais, como abandono de cargo ou inassiduidade habitual", pontua o memorando.

## Recurso

O Sinpro-DF ingressou com uma Reclamação Constitucional no STF pedindo a suspensão da decisão do Tribunal de Justiça

do DF e Territórios (TJDFT) que considerou a greve abusiva e impôs multa diária de R\$ 1 milhão à entidade. Para o sindicato, a medida do TJDFT atinge diretamente um direito constitucional. "A greve é uma conquista democrática reconhecida pelo próprio STF em diversos julgados", argumenta.

Os professores querem 19,8% de reajuste salarial e reestruturação do plano de carreira, entre outros pleitos. De acordo com o Sinpro, o conjunto de reivindicações inclui o descumprimento de um acordo firmado com o GDF para regularizar os repasses previdenciários dos professores temporários ao INSS.

A entidade sustenta que a repressão judicial ignora o contexto da paralisação e que, conforme jurisprudência do STF, não se pode cortar o ponto de servidores quando a greve decorre de ilegalidades do Poder Público. O sindicato também considera desproporcional a multa de R\$ 1 milhão por dia.

No pedido ao STF, o Sinpro solicita a suspensão imediata da decisão do TJDFT, o reconhecimento da conduta do GDF como motivadora da greve e o afastamento das sanções aplicadas ao movimento. "A luta da educação é, antes de tudo, a

defesa da Constituição", finaliza a entidade.

## Manifestação

Os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal realizaram ontem um protesto em frente à Câmara Legislativa.

O objetivo foi pedir uma articulação com o governador Ibaneis Rocha (MDB). "Estamos aqui para buscar apoio dos deputados distritais, para que possam nos ajudar nessa interlocução com o governo local. Queremos sentar com o Executivo e encontrar um ponto em comum, porque ninguém deseja a greve, nem professores, nem alunos. Todos saem prejudicados", disse o professor Ezequiel Moura, que participa da greve.

O diretor do Sinpro-DF Samuel Fernandes reiterou que a categoria vai prosseguir com a paralisação, mesmo diante da decisão judicial. "Não é a Justiça que vai determinar o fim da greve. Da mesma forma que a assembleia dos professores decidiu iniciar a greve, ela só vai terminar também em assembleia", afirmou. "Amanhã, a gente espera ter uma assembleia lotada. Infelizmente, o fim da greve está sempre nas mãos do governo. Não tem outra saída, precisa ter proposta", concluiu.